

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>



Damião António Peres (Lisboa, 1889 – Porto, 1976)

Formou-se no Curso Superior de Letras de Lisboa, enveredando pela carreira docente como professor liceal de História. Esteve colocado no Liceu Passos Manuel em Lisboa, de onde foi para Liceu Jaime Moniz do Funchal onde permaneceu também como reitor entre 1912 e 1915; aí iniciou a sua carreira como investigador e publicou o seu primeiro livro (*A Madeira sob os donatários*, 1914). Dessa passagem pela Madeira resultou ainda uma edição anotada do *Livro 2º das Saudades da Terra* de Gaspar Frutuoso (Porto, 1925) e estudos vários sobre história regional. Em 1915 passa para o Liceu Gil Vicente de Lisboa, e de 1917 é um livro estimulante de história política medieval sobre D. João I. Leu com finura as crónicas de Fernão Lopes e avançou ideias inovadoras sobre a crise de 1383-1385 e sobre a solução que conduziu à entronização do Mestre de Avis. Em especial, interpretou com muita sagacidade a argumentação de João das Regras que conduziu à declaração de vacatura do trono para passar à eleição de D. João I. Soube perceber como os principais fidalgos se organizavam em torno do infante D. João (filho de Inês de Castro); viu com clareza a acção de Álvaro Pais e o papel das forças populares como as principais dinamizadoras da revolução; discerniu em João Afonso o autor da proposta de conquista de Ceuta. Na segunda parte trata da Organização Interna do Reino, com especial atenção à centralização do poder, “poder único ante o qual tudo devia inclinar-se” (p. 68). Chega mesmo a avançar a ideia de que haveria um “plano de concentração do poder” o que talvez seja excessivo, centralização que se tornaria tema a consagrar-se na historiografia portuguesa. A terceira parte versa sobre a Situação Económica: destaca-se o comércio, onde não falta famosa página de Fernão Lopes referindo os quatrocentos ou quinhentos navios de carregação que por vezes jaziam no porto de Lisboa (p. 92). Na agricultura destaca a designada “decadência profunda”, que diz “um triste estado de coisas.” (p. 99). Remédio urgente pretendeu dar-lhe D. Fernando com a Lei das Sesmarias, “radical nos seus processos”, que “foi o cautério violento que o rei julgou dever aplicar como remédio” (p. 101). Lei que seria confirmada por D. João I entre outros dispositivos, embora não tenha conseguido a recuperação desejada. Não deixa o autor de destacar as medidas tomadas pelo rei para resolver as dificuldades com a escassez de mão-de-obra no Reino. Para terminar, na quarta parte, sobre A Situação Intelectual, salienta-se a atenção prestada à Universidade. Destacando embora a força e a decisiva importância popular na profunda transformação ocorrida em Portugal, todavia há que considerar



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

em Damião Peres uma pouco viva sensibilidade para a análise das estruturas e dos movimentos sociais – que caracteriza a sua obra desde estas primícias.

No Liceu Gil Vicente de Lisboa, juntou-se a um notável grupo de colegas, que seriam escolhidos para a nova Faculdade de Letras da Universidade do Porto, fundada por Leonardo Coimbra em 1919. O que também acontece com Damião Peres. Atento às necessidades didácticas no ensino secundário, publicara manuais em colaboração com Manuel Paulo Merêa (1921) e com F. J. Cardoso Júnior (1923). Notável expositor – que entusiasmava os estudantes com as suas prelecções – foi o professor que marcou o ensino da História na Faculdade de Letras do Porto. Fundou e dirigiu a *Revista de História da Faculdade de Letras do Porto*, 1925-1927 (que foi a primeira revista universitária portuguesa de História), onde saíram artigos que depois em conjunto com escritos sobre moedas indo-portuguesas do Museu Municipal do Porto (de que elaborará o catálogo) virão reunidos em volume com o título de *Estudos de História* (1926). Também dirigiu o Arquivo Histórico da Cidade do Porto (1925-1927). Logo nos primeiros escritos se mostrou o seu gosto por temas de história dos descobrimentos e da expansão portuguesa e se apresentaram dados novos a partir de investigação efectuada no Arquivo Histórico Municipal do Funchal. Também se revela desde logo o gosto pela numismática de que será reconhecido especialista. Em 1928 fará sair *1580. O governo do Prior do Crato*, pequeno livro com bom suporte documental que o revela familiar dos arquivos (Torre do Tombo e Academia das Ciências, Câmara Municipal do Porto e Simancas).

Damião Peres reconstitui, quase dia a dia, desde a aclamação de D. António Prior do Crato em Santarém a 19 de Junho até ao seu exílio, a partir do Norte do País, depois de Outubro de 1580. Observa-se a triste conduta dos governadores a quem D. Henrique tinha deixado a regência, enquanto avança o Duque de Alba com as suas tropas – curiosamente pouco se trata de D. Álvaro de Bazan, futuro Marquês de Santa Cruz, sabendo-se da importância das galés neste conflito. Passa o autor em revista os momentos em que D. António procura estabelecer a sua periclitante realeza, fazendo mercês aos apoiantes, tratando da fazenda real (desvalorizando a moeda) e procurando defender-se. Com destaque para o apuramento do que foram as negociações com Felipe II com que D. António procurou sobretudo ganhar tempo. Porque foi pela força das armas que Portugal capitulou e se entregou ao Áustria de Madrid.

Este pequeno livro, aparecia cheio de novidades para a história política, com a chancela da Companhia Editora do Minho, de Barcelos, à qual Damião Peres se ligará chegando a administrá-la. E será essa a responsável editorial pela monumental empresa que nestes anos empreende. Trata-se da publicação em fascículos da *História de Portugal*, que dirigiu literariamente, cabendo a direcção gráfica a Eleutério Cerdeira (1928-1937, com um Suplemento por si inteiramente redigido em 1954). História em que teve a colaboração de muitos especialistas, a começar pelos seus colegas da Faculdade de Letras do Porto Newton de Macedo, Ângelo Ribeiro, Hernâni Cidade, Mendes Correia e Aarão de Lacerda. Chamando a colaborar autores como Jaime Cortesão, Paulo Mereia, David Lopes, Lúcio de Azevedo, José Joaquim Nunes, Queirós Veloso, Vergílio Correia, Joaquim de Carvalho, Manuel de Oliveira Ramos, Manuel Lopes de Almeida, Armando Marques Guedes, Luís de Pina e outros - o que de melhor haveria dentro da ainda muito



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

incipiente pesquisa e escrita histórica em Portugal. Apesar do desequilíbrio inerente a uma obra com tantos colaboradores – de diversas formações e diversificados interesses – a *História de Portugal* de Barcelos foi a primeira tentativa de apresentação completa do passado pátrio com uma assinalável qualidade. E bastantes novidades trouxe, que fizeram o seu percurso nos anos seguintes. Porque a obra se instalou como de consulta obrigatória para quantos estudam história – ou simplesmente se querem informar. Publicação que foi saindo com uma notável regularidade, estando terminada no plano primitivo em sete volumes em 1935 (mais um oitavo de índices). O que deve ser destacado.

Também anos de intensa actividade docente – com relevo para as suas lições de História dos Descobrimentos e de Numismática, além de outras e muitas cadeiras: Propedêutica Histórica, História de Portugal, História Geral da Civilização, Epigrafia, Paleografia e Diplomática e História das Religiões. Tendo sido Secretário da Faculdade, foi eleito pelos seus pares director ao fim do mandato de Leonardo Coimbra (1926) de quem fora Chefe de Gabinete quando Ministro da Instrução (1925). Ocupou novamente essa posição, destacando-se pelas diligências efectuadas para a aquisição de novas instalações para a sua Faculdade (o que alcançou), com o Ministro da Instrução José Alfredo Mendes de Magalhães (1926-1928, ministro que em 1928 seria o responsável pela extinção da Faculdade).

Com o desastroso fecho da Faculdade de Letras do Porto pela Ditadura Militar, Damião Peres decide concorrer à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, submetendo-se a prestação de provas públicas com *A diplomacia portuguesa e a sucessão de Espanha (1700-1704)*. Fundado em pesquisa realizada em vários arquivos, e não apenas portugueses. Sobretudo usando documentação inédita, com análise das posições que foram sendo tomadas e desfeitas ao longo destes anos. Situações aparentemente instáveis, da aliança com Luís XIV e Filipe V à tentativa de neutralidade no conflito que se avizinhava para finalmente resultar na integração na Grande Aliança de britânicos, nederlandeses e alemães. Em que personagens de primeira plana nas representações portuguesas no exterior se movem: D. Luís da Cunha (Londres), José da Cunha Brochado (Paris) ou Francisco de Sousa Pacheco (Países Baixos). Com sentido das jogadas internacionalmente ocorridas, procurando satisfazer uma política que esteve muito longe de revelar firmeza por parte dos seus protagonistas na corte de Lisboa durante as negociações que conduziram aos tratados de 16 de Maio de 1703. Com os quais Portugal iniciava a sua participação no conflito bélico que durará cerca de uma década.

Em Coimbra alcançou a cátedra pretendida. E nessa Faculdade de Letras se iria manter durante todo o restante da sua carreira académica, até se jubilar em 1959. Contudo, nesse estabelecimento, onde era o mais prestigiado entre os professores do grupo de História, não exerceu uma influência decisiva, dado ter-se dedicado sobretudo ao exercício lisboeta do cargo de director do Museu Numismático Português, anexo à Casa da Moeda, além das suas múltiplas actividades editoriais. Não era muito assíduo às aulas, onde aparecia por vezes, ido de comboio – o que lhe mereceu a alcunha de Professor Ferroviário por parte de um colega. Talvez por essa ausência, António de Oliveira só muito de passagem o refere na sua retrospectiva do ensino e investigação de história na Faculdade de Letras de Coimbra não lhe assinalando marcante



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

influência. E João Marinho dos Santos ao delinear o enquadramento do ensino da história ultramarina tampouco lhe atribui uma determinante posição relativamente à docência de História dos Descobrimentos.

No entanto publicara logo em 1934 uma *História dos Descobrimentos Portugueses* (com reedição em 1943 e revisão em 1961), resultado da actividade e preocupação docente, onde procurava com uma relativa simplicidade didáctica apresentar as questões principais da disciplina. Não era Damião Peres um historiador preocupado com problematizações ou teorizações a partir das averiguações históricas empreendidas. Tratava-se de um historiador com ideias claras dentro de concepções não já positivistas mas mais marcadas por outras preocupações, aquilo que já foi designado historicismo neo-metódico: erudição, apuramento documental de testemunhos, cuidado na construção e na redacção, elaborando textos que se queriam abrangentes e deixando poucos campos em aberto.

Embora integre Portugal no contexto europeu, aquilo que o preocupa é o que designa por “Génese dos Descobrimentos Portugueses.” Destacando desde logo a vocação piscatória e salinífera – nisso se aproximando de António Sérgio. E vai descrevendo, com abundância de pormenores documentalmente averiguados, o percurso cronológico das descobertas, da Madeira à Austrália e à Nova Guiné. Apuramento cauteloso e minucioso sobre imenso suporte bibliográfico, recorrendo a documentação de arquivo para reforçar as suas narrativas ou discussões. Em que se compraz a inserir conclusões novas, próprias do autor, que mesmo essas “não podem dispensar a compendiação de estudos e pontos de vista alheios, que sobre os vários assuntos nele versados tenham sido expendidos.” (*Américo Vespúcio...*, p. 17). Com peneira fina, que lhe dá uma segurança informativa excepcional, embora perca em problematização histórica que quase sempre ignora. Seja como for, datada e marcada por preocupações eruditas um tanto rebarbativas por vezes, ainda hoje é obra segura e por isso indispensável.

Na mesma linha de apuramento historiográfico surge em 1938 *Como nasceu Portugal*. Sendo obra que se pode dizer de leitura obrigatória num ensino que se preocupava sobretudo com os problemas das origens, o livro de Damião Peres foi um tal êxito editorial que se prolongou por décadas, tendo merecido e atingido ainda uma 10ª edição em 1992. Nele o autor procura mostrar como a realidade geográfica, cultural (linguística) e étnica da fachada ocidental da Península não foi decisiva para a constituição da nacionalidade. Esta – embora sem desprezar as comunidades subjacentes de um território de que poderia destacar-se – resultou da vontade política do grupo dos barões de Entre-Douro e Minho que levam o condado portugalense até à constituição de um reino politicamente diferenciado de Leão e Castela. Com o que o seu colega A. A. Mendes Correia não concorda, conduzindo a uma polémica mansa, que Damião Peres não tinha fibra de polemista (*Portugal “ex animo portugalensium”. Resposta ao artigo crítico Portugal “ex nihilo”! do Prof. Mendes Correia, 1938*). Onde defende com firmeza a sua posição. Confronto de duas visões também: a do historiador, que precisa de provas concretas para avançar hipóteses explicativas, e a de um geógrafo e etnógrafo que parte do presente para o passado, sem exigência de mais provas a balizar no tempo os seus fundamentos. Como Damião Peres conclui: “O Prof. Mendes Correia tem – suponho-o –



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

uma formação naturalista; eu, uma formação humanística”(p. 10). E a suposição é, claro está, uma maldade de polemista. E por aqui se quedou o azedume entre dois antigos colegas.

Damião Peres procurou activar uma produção editorial de materiais históricos como até então não ocorrera em Portugal. Primeiro em Barcelos (na Companhia Editora do Minho, depois Portucalense), em seguida no Porto e em Coimbra, onde fez sair um conjunto de obras importantes, em cuidadas edições: *Monstruosidades do tempo e da fortuna*; D. Gregório de Almeida, *Restauração de Portugal prodigiosa*; Frei Rafael de Jesus, *18ª Parte da Monarchia Lusitana* (com Manuel Lopes de Almeida e César Pegado); a *História trágico-marítima* de Bernardo Gomes de Brito ou o *Diário da viagem de Vasco da Gama*.

Nos anos 50 foi através da Academia Portuguesa da História que promoveu a publicação de alguns textos importantes para o estudo da história da expansão portuguesa, com especial destaque para os relativos à Guiné: *Viagens de Luís de Cadamosto e de Pedro de Sintra* (1948); *Os mais antigos roteiros da Guiné* (1952); *Planta da praça de Bissau e sua adjacentes por Bernardino António Álvares de Andrade* (1952); *Duas descrições seiscentistas da Guiné de Francisco de Lemos Coelho* (1953); *Relações da viagem da fragata “Nossa Senhora da Estrela” a Bissau em 1753* (1953); *Esmeraldo De Situ Orbis por Duarte Pacheco Pereira* (1954). Mas também outros textos, cuidadosamente seleccionados e criteriosamente apresentados e anotados.

Alguna atenção deu à História do Brasil, desde que em 1949 participou no Congresso de História Nacional em representação oficial, não resistindo em polemizar com um autor brasileiro que negou procedência às suas posições. Desse ano, e em edição conjunta luso-brasileira, sai *O descobrimento do Brasil por Pedro Álvares Cabral. Antecedentes e intencionalidade*. Aí tomava a peito defender a prioridade portuguesa no descobrimento do Brasil. O que provocou polémica com o professor de São Paulo, Tomás Óscar Marcondes de Souza. Este, desde 1944 punha em causa essa prioridade, tendo publicado vários volumes sobre a matéria, como *O descobrimento da América e a suposta prioridade dos portugueses: de acordo com a história e a cartografia americana vetustíssima*. Como fez o levantamento de todos os testemunhos portugueses que possam ter contribuído para o esclarecimento da questão do achamento do Brasil. Do mesmo modo se debruçou sobre as pretensões de descobridor de Américo Vespúcio, em comunicação ao Congresso Nacional de História do Rio de Janeiro, de 1949. A que Damião Peres retrucará. Assim, *Américo Vespúcio e a expedição de 1501-1502: resposta a Marcondes de Sousa* (1949). Será a sua segunda polémica, e talvez a mais ácida, dado que o autor paulista não o poupava também nos seus comentários. Damião Peres, embora também apresentasse boas razões e usasse uma linguagem polida, não deixa de mostrar incongruências e ignorâncias, em especial no domínio da paleografia, em que o professor paulista não seria exímio (pp. 18-23).

Mas a serena exposição de Damião Peres sobre o descobrimento do Brasil por Pedro Álvares Cabral, original e prioritário, não anula a intencionalidade do afastamento da frota para Oeste. No que carrega bons fundamentos nos estudos das condições naturais por oficiais de marinha, nomeadamente pelo Almirante Gago Coutinho. E conclui que os homens do mar observaram metodicamente “águas e céus até então



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

ignotos, executando com abnegação, em mares desconhecidos, os planos que outrem, na quietude dos gabinetes de estudo, traçava.” (*O descobrimento do Brasil*, p. 146).

Ainda nesse ano e perante um público de autoridades brasileiras, profere de improviso uma conferência no Real Gabinete de Leitura do Rio de Janeiro no dia 10 de Junho, que reconstitui por escrito depois, com o título de *Sentido Universal da Expansão Portuguesa*. Páginas de exaltação luso-brasileira bem ao gosto retórico do tempo: “Brasileiros e portugueses! Sentemo-nos, pois, à lareira da História e abramos o livro da epopeia humana; há nele esplendorosas páginas cuja glória nos é comum, como comuns são o sangue e a palavra!” (p. 6). Por então terá ficado com as grandes questões em torno do achamento do Brasil resolvidas, mas ainda voltaria a interessar-se por duas viagens africanas da maior relevância: as de Diogo Cão, em 1482 e 1486, e a de Bartolomeu Dias, em 1487-1488. Sempre com o intento de mostrar a prioridade das descobertas portuguesas, procurando não resvalar para uma história nacionalista que várias vezes estigmatiza.

Enquanto isso, ia continuamente dedicando os seus cuidados à história da moeda, sobre que mais tarde publicará a *História monetária de D. João III: subsídios para a história portuguesa* (1957); as *Casas da Moeda restabelecidas ou projectadas em Portugal-Metrópole e no Brasil durante a Restauração* (1959); e *O Conselho da Fazenda e as alterações monetárias do reinado de D. João IV* (1959). Nestas matérias não teve quem com ele ombreasse.

Em 1960 colaborou activamente nas Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique, personagem que sempre fora das suas predileções – como era muito comum na época. Para o que escreveu uma notável obra de divulgação sobre *História dos Descobrimentos Portugueses*, que figura na Coleção Henriquina, publicação oficial da Comissão Executiva das Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique, a par com obras de Jaime Cortesão, Armando Cortesão, Vitorino Nemésio e outros autores – alguns bem menores. Mas deu ainda uma outra notável contribuição pessoal ao estudar – e reivindicar – a prioridade portuguesa da circum-navegação da África austral por Bartolomeu Dias. Nesse escrito, como era seu timbre, vai averiguar a história da história de uma pretensa navegação árabe desde Henry Major, em 1868. Posição depois retomada por outros. Pelo que Damião Peres vai de novo estudá-la, pronto a rebater ponto por ponto todos os argumentos que tenham sido apresentados. O que o obriga a documentar-se sobre os escritos dos geógrafos árabes, da cartografia primitiva, e dos roteiristas. No centro da sua argumentação, a análise do mapa de Fra Mauro, de 1459. Comemoração condigna, a que oferece deste modo com tersa erudição, cerrada argumentação, convincente na sua demonstração. Em história dos descobrimentos, Damião Peres esforçou-se por elucidar alguns aspectos que sob o ponto de vista erudito ainda se não encontravam resolvidos. Assim a data da descoberta dos Açores, as viagens de Diogo Cão e Bartolomeu Dias, as grandes derrotas de Vasco da Gama, Pedro Álvares Cabral e Fernão de Magalhães. Dedicou-lhes estudos de grande finura analítica, com o intuito de esclarecer de vez problemas complexos de interpretação documental. Com êxito, nessa averiguação cuidada e em extremo cautelosa – que se aprimorava para fazer compreender aos estudantes



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

que lhe seguiam os cursos esparsos. Nos escritos parece ter sido muito evidente a preocupação com a informação exhaustiva de cada um dos problemas tratados. Não ficará crónica, relato de viagem, mapa, informação indirecta por analisar. Tampouco referência a autores que tivessem abordado os assuntos em causa, quer deles discorde, quer concorde. O que torna a *História dos Descobrimientos Portugueses* um livro pesado, sem grandes debates em torno de problemáticas e de leitura um tanto fastidiosa. O que não aconteceria nas aulas, pois o improvisado (bem preparado, pela certa) era sempre brilhante e estimulante. E com isso ia aperfeiçoando os seus escritos, com cuja reedição se contava.

Assim foi com os descobrimentos, mas ainda outros momentos difíceis da vida portuguesa tratou, como a eclosão do Estado a partir do Condado Portucalense em 1140, a crise de 1383-1385 e o colapso de 1580 (pela força da corrupção dos grupos dirigentes e das armas castelhanas). Situações todas complexas e de viragem estrutural que longamente desenvolveu, embora se fixasse no ponto de vista estritamente dos acontecimentos, pouco se esforçando para ir além do descritivo; mesmo quando estudou a República, no *Suplemento à História de Portugal* (1954). Mantendo embora uma relativa neutralidade, que não era comum ao tempo.

Republicano conservador (acomodado com o Estado Novo), serviu em lugares e inúmeras missões que lhe foram atribuídas. Dirigiu a Biblioteca-Geral da Universidade de Coimbra (1940-1943), tendo sido secretário-geral da Academia das Ciências de Lisboa e da Academia Portuguesa da História. Mereceu distinções como o doutoramento Honoris Causa pelas universidades de Montpellier e Bordéus, e foi eleito académico correspondente da Academia de la Historia de Madrid e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro do Rio de Janeiro, entre outras distinções. Pôde usar do seu talento de comunicador com grandes massas através da rádio: as suas palestras sobre História de Portugal tiveram muitos ouvintes, e mereceram ser editadas (e reeditadas): *História de Portugal: palestras na Emissora Nacional* (1951-1952 e 1960). As derradeiras publicações de Damião Peres revelam a sua atenção a matérias a que tinha estado um tanto alheio: a reedição anotada da *História da Igreja em Portugal* de Fortunato de Almeida (1967), um escrito de divulgação – *A gloriosa história dos mais belos castelos de Portugal* (1969). E os primórdios da *História do Banco de Portugal – 1821-1846* (1971). Matérias a que, no entanto, não dá contributo decisivo, embora não desmereça de uma carreira tão variada e tão preenchida. E de apreciável qualidade.

Damião Peres foi um historiador que imprimiu a sua marca pessoal nos trabalhos elaborados e publicações que decidiu e nos empreendimentos em que se empenhou. Sem ter deixado discípulos, talvez pelo seu distanciamento em relação à Faculdade de Letras de Coimbra. Ficou aí memória do seu “atraente magistério”, não ficou uma escola, tanto mais que persistia leccionando por vezes temáticas já envelhecidas da história dos descobrimentos: continuando mais ligado à reivindicação das prioridades portuguesas do que a problematizações mais recentes (João Marinho dos Santos, “A docência...”, pp. 357-361). Nessa formação de discípulos nunca investiu, deixando a outros colegas – e muito menos capazes – os cuidados da contratação de gente moça (talvez com excepção de Luís Ferrand de Almeida, de algum modo seu continuador no estudo da diplomacia). O que foi pena. Poderia ter contribuído para a renovação da



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Faculdade, que com essa sua abstenção continuou com um ensino umas vezes retrógrado outras anacrónico, tendo que esperar por novos tempos para se redimir.

Bibliografia activa: *D. João I*. Lisboa: Livraria Ferin, 1917; *1580: o governo do Prior do Crato*. Barcelos: Companhia Editora do Minho, 1928; *História de Portugal*, direcção literária. Barcelos: Portucalense, vol. I, 1928; vol. II, 1929; vol. III, 1931; vol. IV, 1932; vol. V, 1933; vol. VI, 1934; vol. VII, 1935; vol. VIII, 1937; Suplemento, 1954; *A diplomacia portuguesa e a sucessão de Espanha (1700-1704)*. Barcelos: Portucalense, 1931; *História dos descobrimentos portugueses*. Porto: Portucalense, 1934.; *Como nasceu Portugal*, Barcelos: s. n, 1938; *Viagens de Luís de Cadamosto e de Pedro de Sintra*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1948; *Américo Vespúcio e a expedição de 1501-1502: resposta a Marcondes de Sousa*. Porto : Portucalense Editora, 1949; *O descobrimento do Brasil por Pedro Álvares Cabral: antecedentes e intencionalidade*. Porto – Rio de Janeiro: Portucalense Editora – Livros de Portugal, L.^{da}, 1949; *Esmeraldo De Situ Orbis por Duarte Pacheco Pereira*. Introdução e anotações históricas de Damião Peres. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1954; *Diogo Cão*. Lisboa: Agencia Geral do Ultramar, 1957; *História monetária de D. João III: subsídios para a história portuguesa*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1957; *Uma prioridade portuguesa contestada mas incontestável: a circum-navegação da África Austral por Bartolomeu Dias*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1960; *História do Banco de Portugal - 1821-1846*. Lisboa: Banco de Portugal, 1971; *Fernão de Magalhães e o problema da comunicação do Atlântico com o Pacífico*. Lisboa: Centro de Estudos da Marinha, 1972.

Bibliografia passiva: Godinho, V. Magalhães, “A historiografia portuguesa do século XIX – orientações, problemas, perspectivas” (1955) e “Le Portugal devant l’histoire: tour d’horizon bibliographique”, *Ensaio III. Sobre teoria da história e historiografia*. Lisboa: Sá da Costa, 1971, pp. 236 e 251-258; *Jubileu Universitário do Doutor Damião Peres*. Coimbra: s. / n., 1960; Magalhães, Joaquim Romero, “Leonardo Coimbra e a criação política da Faculdade de Letras do Porto”, in *República, Universidade e Academia*. Coimbra: Almedina - Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX – CEIS20, 2012; Marques, A. H. de Oliveira *Antologia da historiografia portuguesa*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1975; Moreno, Humberto Baquero e Soares, Torquato de Sousa, *Elogio do Prof. Doutor Damião Peres*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1979; Nunes, João Paulo Avelãs, *A história económica e social na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. O historicismo neo-metódico: ascensão e queda de um paradigma historiográfico 1911-1974*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1995; Oliveira, António de, “As histórias da minha geração: uma perspectiva historiográfica”, in *Pedaços de História Local*. Coimbra: Palimage, 2010; Oliveira, António de, “Seis décadas de história na Faculdade de Letras de Coimbra (1911-1970). Um esboço das suas tendências”, in *Revista Portuguesa de História*. Coimbra: nº 42, 2011; Santos, João Marinho dos, “A docência e a investigação de história ultramarina na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (1911-1974)”, in *Revista Portuguesa de História*. Coimbra: nº 42, 2011; Sousa,



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Maria Armanda de Almeida e Ventura, Zélia de Sampaio, palavras prévias de Salvador Dias Arnaut, *Damião Peres: biobibliografia analítica (1889-1976)*, Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1989.

Joaquim Romero Magalhães



APOIOS:

FCT
Fundação para a Ciência e a Tecnologia
Secretariado de Ciência, Tecnologia e Inovação

BNP BIBLIOTECA
NACIONAL
DE PORTUGAL

FUNDAÇÃO
LUSO-AMERICANA